

# **Arranjos produtivos locais (APL's) das agriculturas familiares: estudo para uma nova gestão sustentável no setor gastronômico**

*Clusters of family farms: study for a new sustainable management in gastronomic sector*

Rafael Cunha Ferro

Centro Universitário Senac – Campus Campos do Jordão/Universidade Tuiúti do Paraná  
Departamento de Hospitalidade – Tecnologia em Gastronomia/Departamento de Ciências Agrárias –  
Especialização em Viticultura e Enologia.  
{rafacferro@gmail.com}

**Resumo.** Diante da enorme dificuldade social e econômica que pequenos produtores rurais vivenciam atualmente surge uma nova proposta para reintegração dos seus valores culturais: a utilização de seus produtos pela gastronomia. A nova reflexão sobre a maneira de comprar e consumir alimentos, não se baseando no consumo globalizado, como imposto para a maioria das pessoas dentro das políticas de distribuição de alimentos, trás a tona a necessidade de transformação nos modos de gestão no setor gastronômico. Para que isso aconteça de modo sustentável, ou seja, que traga benefícios para todos os atores macro e microeconômicos envolvidos, é necessário refletir sobre o consumo desses recursos rurais, da cultura ao produto final, para que se alcance uma teoria de gestão adequada sobre a cadeia produtor-consumidor ou produtores-restaurantes. Por este motivo a pesquisa foi desenvolvida a partir da revisão crítica da literatura e teve como objetivo sintetizar, compreender, ilustrar e desenvolver um estudo de gestão sustentável de restaurantes sob uma nova óptica, com base em APLs de produtores familiares rurais, com foco em análises macroeconômicas, comportamento de consumidores e ambientes de comunicação para que sirva como base para futuras pesquisas empíricas.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Gastronomia; Agricultura Familiar.

**Abstract.** *Taking into consideration the significant social and economic difficulties that small farmers currently experience, a new proposal emerges for their cultural values to reintegrate into society and that is: to use their products in the Gastronomy Field. The new thinking on how to buy and consume food, not based on global consumption as imposed on most people within the food distribution policies, it brings up the need of transformation in the management methods of the gastronomic sector. In order to make it happen in a sustainable way, which benefits all the involved parts of the macro and microeconomics, it would be necessary to review the consuming of these rural resources, from its culture involved on the beginning of the production to its final product. So that it would achieve an adequate chain of producer-consumer or producers-restaurant management methodology. The research was developed from a critical literature review and aimed to synthesize, understand, illustrate and to develop sustainable management methodology for restaurants based on clusters of rural farmers family, focusing on macroeconomics analysis, consumer behavior and communication environments.*

**Keywords:** Sustainability ; Gastronomy ; Family Farming.

**Contextos da Alimentação** – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade  
Vol. 3 no 2 – Maio de 2015, São Paulo: Centro Universitário Senac  
ISSN 2238-4200

© 2015 todos os direitos reservados - reprodução total ou parcial permitida, desde que citada a fonte

Portal da revista Contextos da Alimentação: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/>

E-mail: revista.contextos@sp.senac.br

## **1. Introdução**

Apesar da influência na economia brasileira, os pequenos produtores agrícolas enfrentam grandes dificuldades no mercado. Mesmo vivenciando esse momento, eles continuam mantendo suas atividades, acreditando na qualidade das produções e na diferença no bem-estar do consumidor. Nos dias atuais, a mobilização cultural dos consumidores acerca da importância desses produtos é quase um manifesto contra a cultura de consumo industrializada.

De certa maneira os APLs (Arranjos Produtivos Locais) podem ser utilizados como alternativa de organização produtiva para melhorar o alcance entre os consumidores desse novo mercado de alimentação cheia de cultura, qualidade e singularidade, por meio de ingredientes regionais típicos e com potencial gastronômico.

As propostas dos ciclos de consumo que são definidos neste artigo parte da oferta administrada pelas novas estratégias e objetivos dos APLs e a demanda crescente da gastronomia e/ou do consumidor final, a fim de criar uma economia equilibrada no local e suas subsequências de acontecimentos benéficos nas áreas social, econômica, cultural e ambiental.

Apesar do seu imenso potencial, os APLs, como ferramenta econômica, não poderão atuar sozinhos nos processos com objetivos sustentáveis, mas sim com o auxílio das outras inúmeras ferramentas existentes, como a gestão correta do desenvolvimento local e a humanização no poder de compra e venda como instrumentos de maior precisão para a tão esperada gestão sustentável. Soma-se, também, a necessidade de amplificação da visão gerencial dos ambientes de comunicação além do casual (microambiente interno e ambiente organizacional) e a execução dos conceitos de sustentabilidade defendidos por Veiga e Sen.

Para tal, surge uma nova reflexão sobre a maneira de comprar e consumir alimentos, não se baseando no consumo globalizado, como imposto para a maioria das pessoas dentro das políticas de distribuição de alimentos, mas, sob uma óptica holística, se preocupando com a reclassificação e reorganização dos processos e atores envolvidos.

## **2. Agricultura familiar no Brasil**

A ruralidade está presente no ser humano como uma necessidade do homem manter contato com a terra. É por esse e outros motivos que o trabalho no campo pode ser considerado um modo de vida, ou, em outras palavras, a cultura do campo.

O agronegócio, setor que se constitui basicamente no fluxo entre a gestão da produção dos insumos agrícolas (seus participantes, processamentos, suprimentos e recursos) até o marketing, estocagem e vendas focadas no consumidor final (BILIBIO, 2009), é uma das vertentes dessa cultura e, definitivamente, uma atividade de suma importância para a economia nacional. Sua participação no PIB brasileiro, mesmo com oscilações, se concentra em cerca de 27%. Segundo Guilhoto (2005), esse número fica ainda mais expressivo quando se foca nas atividades de produção familiares, que atingem cerca de 10% de toda geração de riqueza no país em um ano.

Essa estrutura rural é complexa devido a diversidade que caracteriza suas atividades. A complexidade está diretamente ligada com os ecossistemas de cada região. De certa forma, o modo como as sociedades rurais utilizam os espaços está sempre associado à adaptabilidade das condições que são dispostas para elas, forçando-as a desenvolverem esforços em busca da melhor maneira de explorar os recursos e minimizar os obstáculos. (SILVA, 2011).

Tal potencial de resiliência e influência no desenvolvimento econômico do país são gerados por diversas condições favoráveis encontradas na grande extensão territorial do Brasil. Mas o cenário de facilidades apontado por estudiosos como Guilhoto, Silveira, Ichihara e Azzoni (2006) que é atribuído aos agronegócios patronais não é o mesmo para as muitas realidades dos agronegócios familiares que correm risco de extinção.

O agronegócio familiar<sup>1</sup> possui, além das características econômicas, suas influências sobre questões sociais:

O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza. (GUILHOTO; SILVEIRA; ICHIHARA; AZZONI, 2007, P. 24)

Navarro e Pedroso (2014) e Wanderley (2003) defendem que dentro de toda cadeia produtiva agrícola, os produtores familiares se veem perdidos em conceitos e interpretações, difundidos desde a criação da Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar), que não se encaixam com suas atividades, somados a falta de reconhecimento da sua estrutura econômica e potencial de desenvolvimento, às políticas públicas mal elaboradas e a falta de assistência técnica e extensionista.

Mas apesar de vivenciar momentos de dificuldades na atualidade, o pequeno produtor agrícola insiste em manter sua atividade, pois acredita na qualidade da sua produção, do processamento, no serviço de distribuição prestado e na diferença direta ou indireta no bem-estar do consumidor, como é o caso, principalmente, de produtos ligados à cultura, como os alimentos e artesanatos. (ZUIN; ZUIN, 2008).

Por essa razão, os alimentos tradicionais também estão ligados ao saber-fazer do agricultor, isto é, a forma com a qual ele processa (saber-fazer) o alimento, em conjunto com a qualidade ímpar das suas matérias-primas. Assim o alimento produzido e consumido em cada região passou a ser mais uma diferenciação entre as diversas culturas, o que tornou os costumes gastronômicos e os alimentos sinais de identidade de cada população. Dessa forma, esses produtos também são chamados de tradicionais, artesanais, caseiros, de qualidade, produtos da terra, entre outras denominações. (ZUIN; ZUIN, 2008, p. 113)

Mesmo com pouco conhecimento sobre o valor da produção do pequeno agricultor, o mercado nacional abre novas expectativas sobre seus produtos. Isso gera, constantemente, novas chances para a inserção econômica dos produtores rurais de pequeno porte, afastando-os da marginalização social através da cultura de consumo sustentável e consciente.

### **3. O conceito de APL**

Segundo Vecchia (2006), o Arranjo Produtivo Local ou APL é utilizado por diversas áreas do conhecimento como objeto de estudo, visto seu potencial e adaptabilidade nos

inúmeros mercados da economia mundial. Ganhou um destaque maior após os resultados práticos observados na micro e macroeconomia nacional a partir de 1990.

A estratégia de funcionamento dessa ferramenta econômica não se baseia somente na integração da cadeia produtiva do mercado onde o APL será inserido, mas também conta com questões políticas, sociais, espaciais e de meio ambiente. O objetivo dos arranjos produtivos só é alcançado com o esforço da associação entre esses atores a favor da localidade em que está presente e da visibilidade do produto final em um mercado de maior competitividade. APLs segundo Lastres *et al.* (2002), podem ser conceituados como:

aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (LASTRES *et al.* 2002, p. 13)

Se esse pequeno sistema local se tornar funcional e instaurar benefícios para todos os envolvidos, incluindo o meio ambiente, ele poderá ser classificado como sustentável. A prática sustentável por meio de APLs é o foco dos estudos mais recentes sobre o assunto, afinal, ao utilizar recursos disponíveis no local para qualquer finalidade econômica, o sistema poderá trazer prejuízos inconsequentes para qualquer ator incluído nesse sistema, principalmente as empresas e os recursos naturais.

Para atingir a visibilidade esperada no mercado competitivo, os APLs, segundo Colletis e Pecqueur (1993), devem se ater à gestão correta das infraestruturas organizacionais endógenas, como um modelo de especialização produtivo local; suporte territorial como provedor de recursos; localização e articulação estratégicas das indústrias envolvidas; características laborais e empreendedoras da população; existência de centros e organizações capazes de assumir a liderança, e não menos importante, a integração a outros mercados e auxílio técnico-científico de instituições de pesquisa e universidades como pontos exógenos essenciais para a gestão dos APLs.

A interação concisa entre esses atores pode acontecer de maneira diversa quanto à sua dinâmica e forma. A diferença entre os APLs existentes se dá pelas especificidades locais (localização, confiança, cooperação, ações políticas, diversidade de atividades dos atores, história, educação e cultura) definidas como vantagem competitiva para cada aglomerado. Nas palavras de Vecchia (2006, p. 37-38):

Os APLs encontram-se geralmente associados a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos regionais e locais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores.

Cabe acrescentar ainda que

Independentemente da forma que o arranjo produtivo local assuma - em função da presença ou não de alguns dos elementos mencionados - é amplamente reconhecido, tanto teórica quanto empiricamente, que esta forma de organização da produção no espaço tem auxiliado empresas dos mais variados tamanhos e particularmente as pequenas e médias, a superarem barreiras ao seu crescimento. (VECCHIA, 2006, p. 48)

Por consequência, os APLs também estão sujeitos à inserção em um contexto cada vez maior de organização, como um conglomerado produtivo ou sistema produtivo local, mas sempre com a intenção de unir esforços em prol de maior visibilidade e crescimento individual de cada empresa e produto nos mercados regionais e internacionais, além, é claro, da preocupação sobre o desenvolvimento benéfico que podem vir a contribuir para sua localidade.

#### **4. O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL COM BASE NOS APLs**

O desenvolvimento local é de imensurável importância para qualquer localidade, por este motivo sua discussão e estudo são tão relevantes quanto os APLs. Juntos, quando planejados, fazem o papel na melhoria da qualidade de vida das pessoas em inúmeras áreas, seja estes planejamentos desenvolvidos por instituições públicas ou privadas.

Todo o movimento defendido pelo conceito do desenvolvimento local se caracteriza pela retomada da direção do olhar para as regiões ou locais. Essa é uma reação contrária ao movimento de globalização, ou seja, a atenção sobre o mercado mundial não seria mais prioridade. O desenvolvimento tenta entender as necessidades de cada localidade com a mesma visão holística praticada pelos APLs. Portanto, também se inclui as questões econômicas, políticas, sociais, culturais e as ambientais. (VEIGA, 2004).

Acrescentando-se o conceito de sustentabilidade no desenvolvimento local também é possível encarar o papel prático do desenvolvimento como um conceito realmente viável, sempre que permeado por todos os agentes participativos.

Este processo desenvolvimentista deverá ocorrer de maneira sustentável, ou seja, atentando-se à capacidade do ambiente e ecossistemas de se recuperarem ou absorverem as agressões criadas por ações antrópicas. Mas como o desenvolvimento, os conceitos acerca da sustentabilidade também são vistos, na maioria das vezes, com apenas uma perspectiva, a ambiental, não desmerecendo sua importância, é claro. (FERRO, 2013, p.47)

Não só se utiliza do conceito de sustentabilidade como um fator de desenvolvimento justo para todos os envolvidos, mas outros autores como Sen (2010) acreditam que essa visão multidimensional deverá se reverter na autonomia e liberdade humana, ou seja, propõe-se uma promoção focada no desenvolvimento humano, na saúde, na cultura e na educação formal dos indivíduos como resultado final de toda a transformação de recursos.

O "desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza as pessoas e instituições buscando a transformação da economia e das sociedades locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria da qualidade de vida da população local" (DE JESUS, 2006, p. 25). Com base nessas concepções, as ideias supérfluas do desenvolvimento associado ao progresso material

seriam substituídas por um conteúdo mais humanizado, assim como defende Martins (2002):

[...] mais do que um conceito, o desenvolvimento local é, na verdade, um evento resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade. (MARTINS, 2002, p. 51).

Os conceitos de sustentabilidade e de liberdade atribuídos ao desenvolvimento, quando unidos, tendem a contracenar em um cenário econômico com balanço perfeito. Considera-se perfeito, pois a utilização dos recursos e os resultados do ciclo produtivo foram devidamente calculados, sem desperdícios ou gestão inapropriada dos recursos, e revertidos em um capital bem distribuído para toda a população e suas necessidades. (SEN, 2010).

Os APLs são considerados uma ferramenta de grande potência caso escolhida como configuração base para esse tipo de desenvolvimento local, afinal possuem configurações e resultados muito parecidos. Mas deve ser clara a diferença entre um modelo econômico, como o desenvolvimentista, e uma logística industrial de produção, como o APL. A gestão da produção, poder de mobilização de atores públicos e privados, e aperfeiçoamento da competitividade e cooperação configuram um conceito de APL, mas o desenvolvimento, sobretudo, também se preocupa com as dimensões apontadas por Veiga (2004).

## **5. A agricultura familiar inserida nos APLs**

No caso da agricultura familiar, o problema de se alcançar um APL estável e em pleno funcionamento pode ser a falta de informação e assistência que grande parte dos produtores possui. Problema este que deveria ser suprimido pelo Governo ou agências de desenvolvimento com a prática do extensionismo rural<sup>2</sup> e assistências técnica, mas a falta de estrutura e quantidade de profissionais disponíveis nessas organizações comprometem a produtividade e, conseqüentemente, o fortalecimento dos APLs, excluindo pouco a pouco as atividades familiares do contexto econômico.

A agricultura familiar, pelas suas características como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, mas gradativamente excluída dele. (MUSSOI, 2006).

Em conjunto a esse cenário observa-se a dificuldade conceitual da classe familiar em relação às políticas públicas de inserção no mercado, conforme defende Silva (2011):

Dentro dos sistemas de APL, a assistência técnica não tem sido uma prioridade, apesar de estar sempre pautada nos espaços de discussão. As tentativas têm se limitado a realização de parcerias com órgãos públicos e privados para tentar suprir a carência. [...] Quando o assunto é assistência técnica dentro dos APLs, busca-se um tipo de serviço que proporcione ao agricultor a adoção de novas tecnologias produtivas em substituição "a rusticidade das técnicas remanescentes". Percebe-se como política pública para a agricultura familiar, difundida pelos gestores e idealizadores dos

APLs seguem a lógica antiga, com base no modelo fracassado do difusionismo e dos pacotes tecnológicos. (SILVA, 2011, p. 90)

No mesmo estudo, Silva (2011) ainda assume que esse processo retrógrado de gestão de APLs é induzido pela falta de adaptabilidade de conceitos trazidos por países europeus, da indústria de transformação e sua especialização de escopo. Com isso a introdução da produção de um agricultor neste mercado pode não ser completa, visto sua imensa diversificação de produtos, ao contrário da indústria de transformação, obrigando os produtores a focarem em apenas um produto como atividade geradora de renda, aquele que estará inserido no APL.

Fuini (2011) alega que no decorrer da história de transformação dos APLs, entre a contraposição do erro industrial-rural, ocorreu com a gradativa valorização do "patrimônio familiar" em meios fortemente rurais, conceito que emergiu na Europa e só recentemente chegou a outros países. Cada localidade rural, portanto, deveria possuir uma sinergia própria em relação às preferências de produção agrícola e culturas praticadas pela população que ali habita.

Mesmo com as disparidades práticas e conceituais dos APLs, o Brasil ainda é identificado com grande potencial no ramo agrícola. Segundo o Caporali e Volker (2004), dentre os trezentos APLs consolidados no país, grande parte deles mantém suas atividades no setor primário, principalmente agropecuário, o que não é muita novidade, visto a influência desse setor na economia do país.

## **6. Agricultura familiar e consumidor: uma conexão necessária**

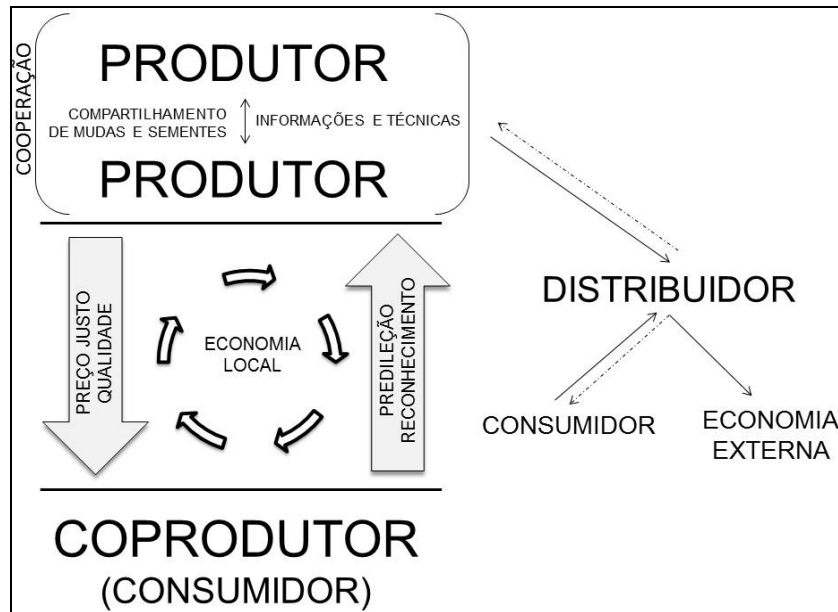
Gastronomia e agricultura familiar caminham para o mesmo sentido. Ambos procuram reconhecimento por meio de alimentos e a cultura envolvida neles. Um bom exemplo prático sobre essa área de estudo é o de Verdi *et al.* (2005) que propõe a viticultura da região de Campinas – SP como fator cultural. Mas só recentemente ficou visível a afloração da carga cultural – diga-se patrimônio<sup>3</sup> – que ambos os campos de estudo possuem. Esta visibilidade foi resultada de sucessivos e inúmeros casos positivos de APLs, gastronômicos ou de produção, que buscaram unir esforços em prol de maior reconhecimento das suas atividades e regiões.

Os alimentos produzidos pela agricultura familiar possuem a força de reanimação econômica local por serem mais do que simples alimentos, são "culturas comestíveis", pois trazem consigo um patrimônio baseado na tradição, história e terroir<sup>4</sup> próprios. Isso os faz únicos perante o mercado de larga produção de *commodities* e de distribuição.

A crescente busca do consumidor por esse tipo de alimento não se baseia somente na questão simbólica, mas também como alternativa de alimentação saudável, principalmente em relação à organicidade e sazonalidade dos insumos. (PETRINI, 2003).

O fortalecimento cultural estimulado por um APL de agricultura familiar é gerado por meio de um ciclo de produção-consumo decorrente da conexão entre os homens, os serviços e o que a terra pode oferecer. O resultado da sequência entre os envolvidos no processo são os alimentos, que ao final do ciclo representam o trabalho, a tradição e a cultura de todos. Como produto final, o alimento se torna a chave para desencadear e controlar o ciclo de maneira econômica, cultural e social.

**Figura 1. Sistema de produção-consumo de alimentos em APL local.**



**Fonte: Elaborada pelo autor**

Conforme a Figura 1, em uma política socio-econômica focada na prática da distribuição de insumos, o produtor se mantém em segundo plano, seus produtos passam a ser simples números e padrões a serem alcançados a qualquer custo, em troca recebem pouco reconhecimento e rentabilidade. O consumidor, já em uma situação pseudoprivilegiada, dificilmente terá escolha ou informações suficientes sobre a qualidade, métodos de produção ou o preço do alimento devido à falta de contato com o produtor.

Por sua vez, a compra direta com o produtor origina uma relação saudável e intimista que abre espaço para troca de informações sobre a qualidade dos alimentos, negociação de preços e diversidade de produção, reconhecimento sobre a cultura e o trabalho desenvolvido sobre o alimento, conseqüentemente, provocaria uma movimentação econômica mais efetiva das regiões rurais e nos locais onde esse tipo de relacionamento acontece. Como consequência da melhoria econômica haveria contribuições, principalmente, para questões de inclusão social, como a empregabilidade e capacitação de pessoas. (ZUIN; ZUIN, 2008).

Baseado nas palavras de Petrini (2003) e dos estudos do movimento Slow Food<sup>5</sup>, os princípios a serem seguidos entre a agricultura familiar e a alimentação são:

- Práticas de preços justos para ambos, consumidor e produtor, o que dinamiza a economia local;
- Compra de comida justa, limpa (sem utilização de defensivo agrícola) e de qualidade na mesma região onde produzida, diminuindo a cadeia de alimentos;
- Transformação do consumidor em coprodutor, conscientizando-o sobre a importância dos produtores e suas atividades.

A nova reflexão sobre a maneira de comprar alimentos não se basearia no consumo globalizado, como imposto para a maioria das pessoas dentro das políticas de distribuição de alimentos, mas se reclassificaria os processos e atores envolvidos. Coprodução e Cooperação se tornariam sinônimos, respectivamente, para as novas responsabilidades dos consumidores e uma relação obrigatória entre os produtores.



Esse ciclo de relacionamento e a aplicação dos novos sinônimos só são possíveis quando se enfatiza a necessidade de uma maior aproximação e comunicação dos envolvidos. Não há cooperação, coprodução ou consumo consciente se suas necessidades no ciclo não forem claras. Por este motivo a extensão rural deve estar presente em cada parte do processo, como um intermédio essencial no ciclo, utilizando a comunicação para a capacitação, educação e conscientização de todos os envolvidos.

Antes considerados como atraso para uma região e população, e mais recentemente estimados pelos consumidores por essa gama de potenciais, um novo cenário para a agricultura familiar surge juntamente com o amadurecimento do conceito gastronômico. Cultura como componente comercial do produto agrícola se converte em estratégias de comunicação, não só para vender mais, mas, principalmente, vendê-los melhor e adequado ao seu devido valor.

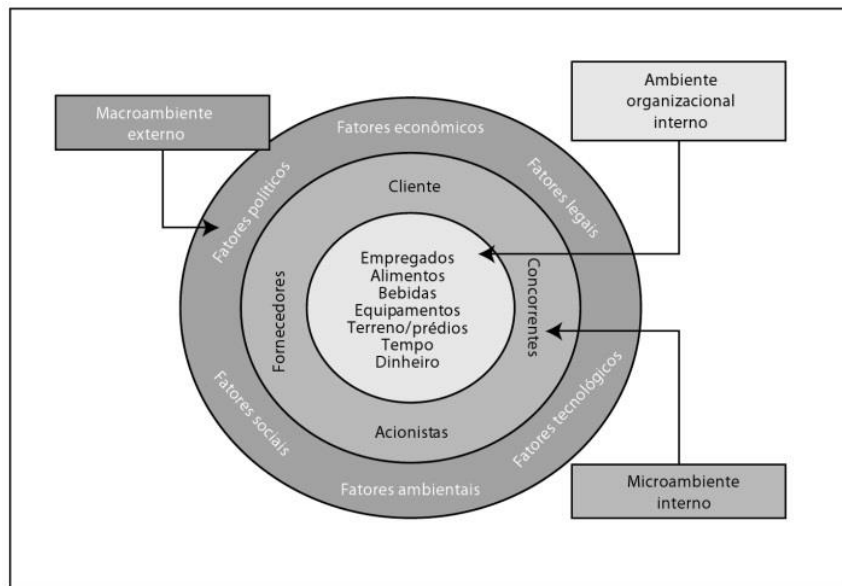
## **7. Sustentabilidade em restaurantes**

Sabe-se que alguns restaurantes, independente ou não de localidades específicas influenciadas por cultura ou políticas públicas, já colocaram em prática alguns procedimentos ambientalmente sustentáveis, como é o caso da compostagem, uso integral dos alimentos, fontes de energia alternativa, coleta de óleo, reaproveitamento, tratamento e redução no uso da água, reciclagem e separação de lixo, e outras inúmeras inovações tecnológicas com o objetivo de causar um impacto mínimo no meio ambiente.

Em contrapartida é possível observar uma enorme desproporção entre a prática das outras vertentes macroeconômicas quando comparadas com as questões ambientais. A falha na gestão desses fatores pode atingir diretamente o consumidor, mas certamente fará diferença no bem-estar organizacional dos restaurantes por estarem inseridos em um contexto maior.

Reforça-se, portanto, a importância de uma visão mais abrangente em relação aos macroambientes externos, não se restringindo somente a fatores internos do ambiente organizacional e o microambiente – sem desmerece-los – como já é de rotina nas empresas, mas introduzindo inúmeras atividades, além de ambientais, para auxiliar no desenvolvimento do local onde o restaurante está inserido. A Figura 2, retirada do estudo de Davis (2012, p. 140) resume todos os ambientes que devem ser levados em conta nos processos de gestão dos restaurantes:

**Figura 2. Ambientes de Marketing.**



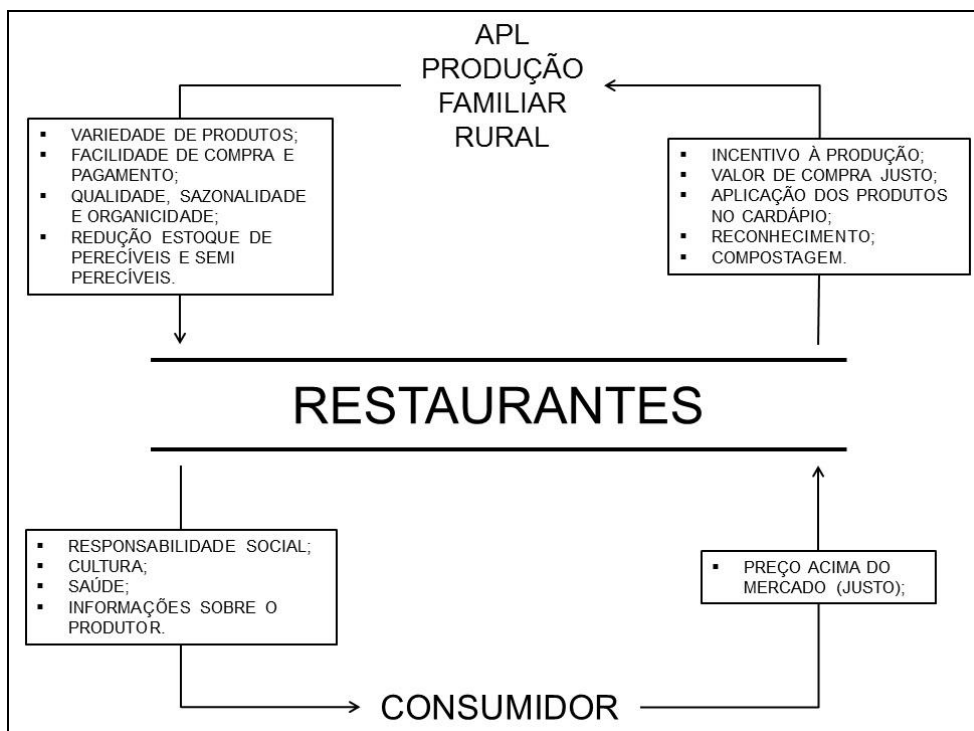
**Fonte: DAVIS, 2012**

Nenhum negócio opera isoladamente. [...] Embora a princípio possa parecer que operem como unidades autossuficientes, todos têm, de fato, uma relação recíproca de causa e efeito. São subsistemas que operam dentro de um sistema muito maior. (DAVIS, 2012, p. 139)

Nesse contexto, a comunicação (*marketing*) ganha um espaço considerável, afinal, posiciona as estratégias dos restaurantes como intermediários de relacionamento entre consumidores, empresa, fornecedores e os demais fatores que influenciam os locais onde estão inseridos, tornando-os empresas geradoras de benefícios, mas, ao mesmo tempo, assumindo novas responsabilidades sobre os produtos e serviços ofertados.

Uma maneira prática e funcional de contribuir para a prosperidade dessas estratégias pode ser a utilização dos insumos concebidos por APLs de agricultura familiar, mas não como única solução, mas sim como parte de um ciclo de consumo formado entre restaurantes e produtores com objetivo de atingir vantagens mútuas, não se atendo somente na visão financeira.

**Figura 3 - Ciclo de consumo produtores-restaurantes**



Fonte: Elaborada pelo autor.

Dentro dessa relação, muito semelhante a produtor-consumidor, os produtores e os restaurantes apresentam métodos, facilidades e vantagens mais complexas devido às questões empresariais que envolvem os processos, mas que tendem a retribuir todos os esforços para os que persistem em manter esse ciclo.

Os produtores, como portadores dos materiais mais importantes para um restaurante, oferecem a variedade, qualidade, sazonalidade e orgânica dos insumos que os estabelecimentos alimentícios precisam, facilitam a compra e o pagamento, bem como trabalham junto à redução dos estoques por meio de um fornecimento contínuo semanal. Da mesma forma os restaurantes desenvolvem ações de incentivo à produção tradicional daquela região, oferecem sugestões de novos cultivares, como as PANCS<sup>6</sup>, reconhecem o trabalho realizado pelos produtores e, conseqüentemente, aplicam os insumos ofertados em seus cardápios, comprando-os por preços justos. Como opção adicional é possível que os restaurantes invistam no sistema de compostagem e doem o material orgânico para os produtores.

Por fim, os consumidores somam todos os benefícios do ciclo, quase como um afunilamento, pois além de receber todas as vantagens dos alimentos produzidos dentro de um sistema de APL, também são escopo do trabalho árduo dos restaurantes em busca de equilíbrio dentro desse ciclo, ou seja, se aproveitam das responsabilidades adquiridas por eles para absorver mais cultura, responsabilidade social e saúde dentro da sua alimentação.

O poder do consumidor é a base para o ciclo. Se não houver interesse e disposição das pessoas a encarar o compromisso de desembolsar uma quantia maior, mas justa, ao final de todo o processo, não será possível manter o equilíbrio do ciclo diante a falta de demanda.

## 8. Considerações finais

O APL é considerado uma ferramenta de gestão logística de grande potência, muito eficiente para dinamizar, economicamente, um determinado local, conferindo a oportunidade de empresas, instituições e produtores de bens e serviços reorganizar e coagirem em seus objetivos e esforços em prol daquela localidade e do bem-estar financeiro de todos os envolvidos.

Na maioria dos casos, APL e Desenvolvimento Local coexistem por depender quase indissociavelmente um do outro. Apesar disso, seus objetivos finais são bem distintos, principalmente quando está em busca da sustentabilidade. APLs não necessariamente lidam com logística sustentável, pois buscam suprir deficiências financeiras acima de tudo, mas podem contribuir, se caso planejados, para um desenvolvimento mais equitativo, humanista e sustentável de localidades, justamente por atribuir, em tese, oportunidades para negócios e pessoas.

Mas, ainda cabe ressaltar que, infelizmente, persiste um desafio além do reconhecimento dos produtos dos APLs pelo mercado: o planejamento, formação e gestão de APLs. Isso se deve pela demanda de especialização produtiva, falta de suporte territorial, má localização e articulação estratégicas dos envolvidos, inexistência de centros e organizações de liderança e desinteresse de auxílio técnico-científico de instituições de pesquisa e universidades.

Soma-se aos problemas de gerenciamento a desvalorização do trabalhador rural e, conseqüentemente, do possível APL ao qual estaria inserido, conseqüências das inúmeras questões macro e microeconômicas, como desvalorização, falta de amparo de políticas públicas, dificuldades de acesso a informações técnicas e outras disfunções que facilmente poderiam ser sanadas com o auxílio, não menos que obrigatório, dos projetos de extensão rural. Mas, como visto, esta desvalorização é resultado, acima de tudo, do costume globalizado de consumo alimentar causado pela imensa cadeia logística que separa o consumidor do produtor, distanciando, portanto, a possibilidade de um relacionamento mais intimista e reconhecimento dos produtos e seus produtores.

Somente após encarar tais barreiras tecno-sociais será possível afirmar que os APLs abrem espaço para produtores rurais a partir dos seus produtos providos de cultura, pois irão promover o reconhecimento do trabalho rural por meio de um mercado mais consciente e consolidado pela nova logística de produção. Tais "culturas comestíveis" são novas fontes de energia para o desenvolvimento sustentável em localidades rurais, pois estão propícias a um consumo mais elevado atualmente, conseqüência dos crescentes casos de valorização desses produtos através de APLs.

A partir de então surge a conexão da filosofia Slow Food com o conceito de APL. O que acarretará em um novo sistema de produção-consumo de alimentos, teoricamente, muito eficiente, de um ponto de vista holístico e sustentável. A reclassificação dos atores envolvidos no sistema reatribui responsabilidades e primordialidades para seu pleno funcionamento e, portanto, eficiente contribuição para o desenvolvimento local com base na dinamização econômica, social, ambiental, espacial e cultural.

Nesta conexão, os restaurantes, por se tratarem de empresas, devem levar em consideração uma nova visão sobre as questões relacionadas à gestão dos ambientes de *marketing*, visão esta mais ampliada acerca dos efeitos de seus produtos e serviços ofertados, e tratados como ferramenta essencial na sustentabilidade buscada no sistema apresentado. Da mesma forma que os consumidores, os restaurantes assumem a responsabilidade como coprodutor, por conseguinte, conscientes da necessidade de reconhecimento sobre o produto rural e sua cultura. A troca de benefícios e facilidades

apontados dispõem, para o produtor e o estabelecimento, um sistema logístico e financeiramente funcional.

Subsequente ao sistema produtores-restaurantes é possível observar um forte auxílio no desenvolvimento local, devido às ações praticadas em prol dos benefícios para os envolvidos nesse ciclo, direto ou indiretamente, como por exemplo, empregos, fluxos financeiros, trocas culturais e técnicas e outros já citados anteriormente, gerando um efeito multiplicador em todos os ambientes de *marketing*.

Entende-se, portanto, que a nova filosofia de consumo e poder de escolha/compra são as características incumbidas exclusivamente aos consumidores finais, que controlam e definem o nível de eficiência de todos os sistemas apresentados no artigo. Cabendo, então, um incentivo e promoção contínuos na conscientização dos ciclos, produtor-consumidor ou produtores-restaurantes, como meio mais eficiente na concretização da possível prática desse estudo.

O centro de todos os esforços necessários para se alcançar a valorização cultural, recebida direto do produtor ou transformada e consumida nos restaurantes, é, de fato, no consumidor final. Ele detém todo o poder no equilíbrio dos ciclos, pois é parte fundamental da economia sustentável, portanto o meio mais simples e relevante de conduzir a conscientização e sustentabilidade no setor alimentício.

Por último, distanciando o olhar sobre este artigo, ainda é necessário destacar que com ou sem demanda de mercado pela sustentabilidade havemos de convir sobre nossa obrigatoriedade social e ambiental, talvez até por falta de políticas públicas e fiscalização, no desenvolvimento de tecnologias gerenciais mais eficazes e sustentáveis, principalmente para áreas empresariais que utilizam insumos, no caso dos restaurantes, e em segundo plano, para os ciclos de consumo.

## NOTAS

**<sup>1</sup> Agronegócio Familiar, Agricultor familiar ou Empreendedor Familiar Rural:** Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com base na Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006, o agricultor familiar se caracteriza da seguinte maneira:

*Art. 3º* Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

**<sup>2</sup> Extensionismo Rural:** Extensão rural compõe-se de duas dimensões: uma comunicacional e outra educacional, sendo um processo dinâmico que consiste em levar ao produtor rural informações úteis e relevantes (dimensão comunicacional) e ajudá-lo a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações (dimensão educacional). O objetivo final desse processo é o de tornar o agricultor capaz de melhorar o seu nível de vida, pela utilização racional e efetiva dos conhecimentos, habilidades e informações adquiridas. (ALMEIDA, 1989, p. 9).

<sup>3</sup> **Patrimônio:** “[...] Refere-se aos bens legados pelos pais aos filhos ou por uma pessoa aos seus descendentes diretos. Aplica-se ao conjunto de bens que alguma pessoa ou instituição possui e por isso pode-se falar em patrimônio público, privado ou nacional. Tanto um quanto o outro podem ser classificados em patrimônio cultural ou natural.” (BARRETTO, 2007, p. 110).

<sup>4</sup> **Terroir:** Emprestado da Enologia (Estudo dos vinhos), o Terroir - “Em um sentido restrito, a palavra significa solo. Por extensão, e no uso comum, significa muito mais. Ela abrange o solo em si, o subsolo e as rochas abaixo dele, suas propriedades químicas e como estas interagem com o clima local e com o macroclima da região, para determinar tanto o mesoclima de um vinhedo específico como um microclima de uma determinada vinha.” (JOHNSON; ROBINSON, p. 26, 2008) – de uma localidade são todas as características, produções e produtos únicos de uma determinada região/localidade.

<sup>5</sup> **Slow Food:** “Um movimento filosófico que acredita como deve ser o alimento. O alimento que comemos deve ter bom sabor; deve ser cultivado de maneira limpa, sem prejudicar nossa saúde, o meio ambiente ou os animais; e os produtores devem receber o que é justo pelo seu trabalho.” (SLOW FOOD, 2014).

<sup>6</sup> **PANCs:** “O termo PANCs, Plantas alimentícias não convencionais, foi dado à um conjunto de plantas chamadas daninhas, pragas, invasoras ou ruderais são espécies com importância econômica e ecológica. Muitas dessas são potencialmente alimentícias, sendo suas raízes, caules, folhas, flores, frutos ou sementes utilizada para esse fim”. (ERICA, 2011).

## Referências

ALMEIDA, J. A. Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

AMARAL FILHO, J.; CARRILLO, J. (Coord.). Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre a região nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia (México). Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

BARRETO, M. Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 2007.

CAMPOS, R. (Org.). Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

CAPORALI R.; VOLKER P. (orgs.). Metodologia De Desenvolvimento De Arranjos Produtivos Locais: Projeto Promos - Sebrae - BID: versão 2.0. Brasília: Sebrae, 2004.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Org.). Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P.; LASTRES, H. M. M. (Org.) Arranjos Produtivos Locais: Uma alternativa para o desenvolvimento: Criatividade e Cultura. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Les facteurs de la concurrence spatiale et de la construction des territoires. Notes de travail 11, IREPD, Mars, 21p. Grenoble: Université Mendés France, 1993.

DE JESUS, P. Sobre Desenvolvimento Local e Sustentável: algumas considerações e suas implicações em projetos de pesquisa. In: MACIEL FILHO, A. R.; PEDROSA, I. V.; ASSUNÇÃO, L. M. de O. Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. Recife, 2006, p. 17-37.

- ERICE, A.S. Cultivo e comercialização de plantas alimentícias não convencionais (PANCs) em Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Biológicas) UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. 2011.
- FUINI, L. L., As Novas Dimensões do Rural: Território e Arranjos Produtivos Locais. *Revista Geografica*, nº9, p 103-122, jul./Dez., 2011.
- GUILHOTO, J. J. M. ; ICHIHARA, S. M ; SILVEIRA, F. G ; AZZONI, C. R. Agricultura Familiar: contribuindo para a riqueza nacional. *Marco Social* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 20-25, 2007.
- JOHNSON, H.; ROBINSON, J. Atlas mundial do vinho. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008.
- LASTRES, H. M. M. et al. Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília: SEBRAE, 2002. LASTRES, H. M. M. et al. Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília: SEBRAE, 2002.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: Questões conceituais e metodológicas. *Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.
- MUSSOI, E. M. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, J. R. T. de; FIGUEIREDO, M. A. B. (orgs.). *Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade*. Recife: Bagaço, 2006. p.99-106.
- PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2005.
- PETRINI, C. *Slow Food: the case for taste*. Nova Iorque: Columbia UP, 2003.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA; J. R. da. Agricultura Familiar e Arranjos Produtivos Locais no Semiárido Alagoano: Possibilidades e limites para a extensão rural na perspectiva do desenvolvimento local. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. 115 p. Recife, 2011.
- SLOW FOOD. Disponível em: <[www.slowfoodbrasil.com](http://www.slowfoodbrasil.com)>. Acesso em: 30 nov. 2014.
- VECCHIA, R. V. R. D. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional de local. In: *Revista Capital Científico*. v.4 n.1. ISSN: 1679-1991. Paraná, 2006.
- VEIGA, J. E. da. Destinos da Ruralidade no processo de Globalização. *Estudos Avançados*, USP-SP, 2004, v. 18, n. 51, p. 51-67.
- VERDI, Adriana Renata; SILVA, Priscilla Rocha; FRANCISCO, Vera Lúcia Ferraz dos Santos; AMARO, Antonio Ambrosio; BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago. Arranjo produtivo local: identificação de possibilidades da viticultura na Região de

Campinas. Agricultura. São Paulo, São Paulo. v. 52, n. 2, p. 73-86 – jul./dez. 2005. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/asp6-2-05.pdf>>. Acesso: 30 nov. 2014.

**Recebido em 01/12/2014 e Aceito em 11/05/2015.**